|  |  |
| --- | --- |
|  CONSELHO PERMANENTE DAORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOSCOMISSÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E POLÍTICOS | OEA/Ser.G CP/CAJP/SA. 690/207 julho 2020Original: espanhol |

Resumo da Oitava Sessão Extraordinária sobre os mecanismos de monitoramento dos centros de detenção de que dispõe cada instituição de defensoria pública oficial da região, realizada em 25 de junho de 2020

A reunião foi presidida pelo Embaixador Carlos Alberto Játiva, Representante Permanente do Equador e Presidente da Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos (CAJP) e teve início às 14h42.

O quórum regulamentar foi estabelecido com a presença dos Representantes de Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Costa Rica, El Salvador, Equador, Estados Unidos, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

A gravação em áudio da reunião encontra-se disponível no seguinte *link*:

 [http://scm.oas.org/Audios/2020/CP\_CAJP-Ex-3521\_6-25-2020.mp3](http://scm.oas.org/Audios/2020/CP_CAJP-EX-3521_6-25-2020.MP3)

1. Aprovação do projeto de ordem do dia

A comissão aprovou o projeto de ordem do dia ([CP/CAJP-3521/19](http://scm.oas.org/doc_public/PORTUGUESE/HIST_20/CP42526P07.docx) rev. 1).

1. Acompanhamento do mandato da resolução AG/RES. 2941 (XLIX-O/19), “Promoção e proteção dos direitos humanos”: A defensoria pública oficial autônoma como salvaguarda da integridade pessoal de todos os seres humanos, sem nenhum tipo de discriminação
* Os mecanismos de monitoramento dos centros de detenção de que dispõe cada instituição de defensoria pública oficial da região

As apresentações do Doutor Dante Negro, diretor do Departamento de Direito Internacional, e do Doutor Gabriel Faria Oliveira, defensor público-geral federal do Brasil e subcoordenador-geral da Associação Interamericana de Defensorias Públicas (AIDEF), estão disponíveis nos documentos [CP/CAJP/INF.795/20](http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_20/CP42628T03.docx) e [CP/CAJP/INF.791/20](http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_20/CP42622T03.docx), respectivamente.

 Em seguida, intervieram a Doutora Stella Maris Martínez, defensora-geral da Nação da República Argentina; o Doutor Jair Soares Júnior, subdefensor público-geral federal do Brasil [(CP/CAJP/INF.792/20](http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_20/CP42623T03.docx)); a Doutora Rivana Barreto Ricarte de Oliveira, vice-presidente institucional da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos do Brasil [(CP/CAJP/INF.787/20](http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_20/CP42607T03.docx) e [CP/CAJP/INF.786/20](http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_20/CP42606T03.docx)); o Doutor Andrés Mahnke, defensor nacional da Defensoria Pública do Chile; o Doutor Pablo Sanzana Fernández, presidente da Associação de Defensores Públicos do Chile; o Doutor Erick Núñez Rodríguez, subdiretor da Defensoria Pública da Costa Rica [(CP/CAJP/INF.789/20](http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_20/CP42619T03.docx)); o Doutor Ángel Torres Machuca, defensor público-geral do Equador [(CP/CAJP/INF.798/20](http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_20/CP42639T03.docx)); o Senhor Netzaí Sandoval Ballesteros, diretor-geral do Instituto Federal da Defensoria Pública do México [(CP/CAJP/INF.790/20](http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_20/CP42620T03.docx)); a Doutora Clarisa Indiana Ibarra Rivera, diretora nacional da Defensoria Pública da Nicarágua; a Doutora Matilde Alvarenga de Apolayo, presidente da Associação Nacional de Defensores Públicos do Panamá; o Senhor Rodolfo Valentín, diretor nacional da Defensoria Pública Nacional da República Dominicana [(CP/CAJP/INF.796/20](http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_20/CP42630T03.docx)); e a Delegação dos Estados Unidos, a fim de trocar informações sobre boas práticas das instituições e sistemas nacionais de defensoria pública para prevenir e denunciar violações de direitos humanos nas prisões e centros de detenção.

 Algumas intervenções incluíram informações sobre a estrutura legal e institucional vigente em matéria de defensoria pública, estatística, progresso e desafios em sua implementação, bem como medidas implementadas para evitar a propagação da covid-19 em instituições penitenciárias, prisões e centros de detenção.

Terminadas as intervenções, a CAJP tomou nota das apresentações introdutórias feitas pelo Doutor Dante Negro, diretor do Departamento de Direito Internacional, e pelo Doutor Gabriel Faria Oliveira, defensor público-geral federal do Brasil e subcoordenador-geral da AIDEF. Ademais, tomou nota das intervenções feitas pelas delegações durante o intercâmbio de boas práticas sobre os mecanismos de monitoramento dos centros de detenção de que dispõe cada instituição de defensoria pública oficial da região, e acordou informar o Conselho Permanente e a Assembleia Geral sobre o assunto, em conformidade com a resolução AG/RES. 2941 (XLIX-O/19).

 Não havendo outros assuntos para tratar, encerrou-se a sessão às 16h46.

CP42640P04